



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001654-91.2022.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

ASSUNTO: Acréscimo Contratual – Fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, de treinamento de usuários e de garantia.

DESPACHO Nº 304 / 2024 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular procedimento licitatório, operou-se a contratação da empresa V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 08.231.792/0004-60, para a implantação de sistema de monitoramento por câmera IP (CFTV-IP) no edifício-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, anexo II, anexo III e Fórum Eleitoral da Capital, incluindo o fornecimento de equipamentos, serviços de instalação, de treinamento de usuários e de garantia, com vigência pelo prazo inicial de 15 (quinze) meses, a contar de 24/04/2023, nos termos do Contrato n. 6/2023 ([1001625](#)), em plena vigência.

Por meio da Remessa n. 11/2024 ([1124934](#)), a Seção de Segurança Institucional (SSI) solicitou autorização para acrescer o valor atualizado do contrato originário em 9,98% (nove inteiros e noventa e oito centésimos por cento), equivalente a R\$ 18.133,56 (dezoito mil cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos).

A medida justifica-se na necessidade de expandir o sistema de vídeo monitoramento deste Tribunal. O objetivo é possibilitar o monitoramento de materiais em estoque e controlar o perímetro do local, a fim de aprimorar a segurança das instalações.

À vista disso, o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à COFC, para programação orçamentária; à SECONT, para elaboração da minuta de aditivo contratual; e à AJSAOFC, para análise e emissão de parecer jurídico.

A SPOF formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados ([1125525](#)), em atenção ao Despacho n. 305/2024 da COFC ([1125453](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT elaborou a minuta do Termo Aditivo n. 1 ao Contrato n. 6/2023 ([1126079](#)), para registro dos acréscimos pretendidos, e remeteu os autos para análise da Assessoria Jurídica da SAOFC ([1126080](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC emitiu o Parecer Jurídico n. 43/2024 ([1134773](#)), por meio do qual opinou pela possibilidade jurídica do acréscimo pretendido, com fundamento no art. 65, inciso I, letra "b" e § 1º da Lei n. 8.666/93 e, ainda, na Cláusula Décima Sexta, Subcláusula Segunda do Contrato Administrativo n. 06/2023. Aprovou, ainda, os termos da minuta do Termo Aditivo juntado aos autos ([1126079](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93. Por fim, enfatizou a necessária notificação da contratada para complementação da garantia contratual.

Por sua vez, a SAOFC manifestou nos exatos termos da AJSAOFC ([1135603](#)), manifestando-se, ainda, pela inclusão do item 14 na Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 06/2023/TRE-RO, para inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução TRE-RO n. 31/2023.

Assim instruídos, vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Primeiramente, registra-se que a presente contratação encontra-se fundamentada e instruída nos moldes da Lei n. 10.520/2002 (Lei do Pregão) com aplicação subsidiária da Lei n. 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos). Nesses termos, a Portaria SEGES/MGI n. 1.769, de 25 de Abril de 2023, que dispõe sobre o regime de transição de que trata o art. 191 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública federal, estabelece que os contratos firmados no regime das referidas leis serão regidos, durante toda a sua vigência, pela norma que fundamentou a sua contratação, inclusive quanto às alterações e às prorrogações contratuais.

A prerrogativa de alteração unilateral do contrato encontra previsão expressa no art. 65, inciso I, letra "b", § 1º, da Lei n. 8.666/93, bem como há regra contratual expressa que ampara a pretensão da unidade gestora. Veja-se:

Contrato nº 006/2023:

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(...)

Subcláusula Segunda – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

Subcláusula Terceira – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Quarta – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

Como relatado, o acréscimo contratual pretendido justifica-se na necessidade de expandir o sistema de vídeo monitoramento deste Tribunal. A medida foi devidamente justificada e detalhada pelas informações prestadas pela unidade demandante ([1124934](#)).

Como demonstrado, o valor do aditivo foi dimensionado em R\$ 18.133,56 (dezoito mil cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), havendo comprovação de disponibilidade orçamentária para a cobertura da despesa, conforme demonstrado no evento n. [1125525](#).

No caso em tela, a Assessoria Jurídica da SAOFC procedeu a análise dos incidentes de execução contratual descritos no final da minuta do termo aditivo juntado ao processo pela SECONT ([1126079](#)). O documento revela que o ajuste original ainda não foi objeto de acréscimo contratual.

Assim, verifica-se que o acréscimo pretendido não excede os limites do patamar máximo legal e contratual permitidos.

Dessa forma, não há óbice para complementação do objeto contratado, com a adoção de todos os trâmites processuais para fins de formalização do acréscimo/aditivo pretendido.

Registra-se, ainda, que a minuta de aditamento ([1126079](#)) foi aprovada pela AJSAOFC, cumprindo o disposto no artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

No tocante à inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação, no art. 26 da Resolução TRE/RO n. 31/2023 ([1053966](#)) há disposição de que tal política deverá integrar, mediante cláusula expressa, todos os contratos, incluindo os de prestação de serviços firmados neste Tribunal, de forma a assegurar o alinhamento entre os colaboradores.

Assim, não há óbice para a alteração apontada visando a inclusão de cláusula específica sobre o tema assédio, que inclusive demonstra o alinhamento deste Administração aos ditames atuais exigidos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pela sociedade, atendendo, ainda, os comandos normativos em vigor que tratam do tema trazidos pela Resolução CNJ n. 351/2020.

Assim, pelo exposto e pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - AUTORIZO o acréscimo contratual equivalente a 9,98% (nove inteiros e noventa e oito centésimos por cento) do valor atualizado do Contrato n. 6/2023 ([1001625](#)), percentual esse que não ultrapassa o limite imposto pelo [§1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93](#);

II - AUTORIZO a inclusão do item 14 na Cláusula Décima Terceira do Contrato n. 06/2023, que diz respeito a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação, regulamentado neste Tribunal por meio da Resolução TRE-RO n. 31/2023, em respeito as disposições trazidas pela Resolução CNJ n. 351/2020;

III - DETERMINO o reforço da Nota de Empenho no valor de R\$ 18.133,56 (dezoito mil cento e trinta e três reais e cinquenta e seis centavos), em favor da empresa contratada V2 INTEGRADORA DE SOLUÇÕES E IMPORTAÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ sob o n. 08.231.792/0004-60;

IV - DETERMINO a notificação da Contratada para:

a) apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da assinatura do termo aditivo, complementação de GARANTIA no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do instrumento, a qual deverá ter prazo de validade de 03 (três) meses após o término do período de execução contratual, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/1993 e nos termos e condições do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/1993, consoante regras estabelecidas na Cláusula Oitava do Contrato originário; e

b) ciência da inclusão do item 14 na CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA do Contrato n. 06/2023 ([1001625](#)), para inclusão de disposição contratual expressa sobre a política e os mecanismos de prevenção e enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação instituída pela Resolução TRE-RO n. 31/2023.

À SAOFC para continuidade.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 19/03/2024, às 11:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1135804** e o código CRC **F7BDE323**.